

A fundação de periódicos literários no terceiro quartel do século XIX: em defesa da literatura ou em prol da política e da educação?

La fundación de periódicos literarios en el tercer cuarto del siglo XIX: ¿en defensa de la literatura o a favor de la política y de la educación?

The foundation of literary periodicals in the third quarter of the nineteenth century: literature promotion or a political and educational agenda?

Rita Baleiro*
Filipa Perdigão Ribeiro**

Resumo: O artigo apresenta 8 textos-fundação de periódicos literários portugueses (1855-1865). Pretende estudar as publicações nascidas durante a polémica literária portuguesa – a Questão Coimbrã – e, aplicando análise de texto detalhada, analisar: a) a linha editorial das publicações; b) a relação estabelecida com os leitores; c) para que público(s) escreviam? A análise regista uma preocupação didática, reflexo do contexto socio-histórico de promoção da instrução pública, quando mais de 70% da população era analfabeta e, em alguns casos, para o estreitamento de relações com o Brasil.

Palavras-chave: Revistas e jornais literários. Questão Coimbrã. 1855-1865.

Resumen: El artículo presenta 8 textos-fundacionales de periódicos literarios portugueses (1855-1865). Busca estudiar las publicaciones nacidas durante la polémica literaria portuguesa – la Cuestión Coimbra – y, aplicando detallada análisis de texto, examinar: a) la línea editorial de las publicaciones; b) la relación establecida con los lectores; c) ¿para quienes escribían? El análisis registra una

* Universidade do Algarve (Portugal), Professora Adjunta, doutorada em Ciências Literárias pela Universidade Nova de Lisboa (Portugal). <rbaleiro@ualg.pt>.

** Universidade do Algarve (Portugal), Professora Adjunta, PhD em Linguística Aplicada pela Lancaster University (UK). <fperdig@ualg.pt>.

preocupación didáctica, reflejo del contexto social e histórico de promoción de la instrucción pública, siendo que más de 70% de la población era analfabeta, y en algunos casos, para estrechar relaciones con Brasil.

Palabras clave: Revistas y periódicos literarios. Cuestión Coímbra, 1855-1865.

Abstract: The article presents 8 first-editorials published in Portuguese literary periodicals (1855-1865). The research explores the aims of the publications established during a Portuguese literary controversy – *Questão Coimbrã*. By applying detailed text analysis, it addresses the following: a) editorial orientations; b) relationship fostered with the audience(s); c) target-audience(s)? Analysis points to strong educational concerns, mirroring the socio-historic context that placed great emphasis on the promotion of public education, when over 70% of the population was illiterate and in some cases to tightening the links with Brazil.

Keywords: Literary newspapers and magazines. *Questão Coimbrã*. 1855-1865.

1 Introdução

Os textos-fundação, também designados por textos-programa, textos-inaugurais ou textos de apresentação (Miné, 2003, p. 171), correspondem ao editorial do primeiro número de um jornal ou revista no qual se apresenta a declaração de intenções dos editores e se revela a orientação específica da publicação.

Numa época em que os media tradicionais emigram para o suporte digital, em que as redes sociais substituem as fontes regulares de informação jornalística e em que os centros de recolha e disseminação da informação são múltiplos, sendo que a maioria das tentativas de criação de novas revistas literárias é gorada, consideramos pertinente estudar algumas publicações nascidas num dos períodos mais profícuos da imprensa literária portuguesa. Os editoriais aqui apresentados despertam um interesse particular pelo facto de permitirem aceder em primeira mão às ideias fundadoras de uma publicação, ou seja, àquilo que os jornalistas pretendiam que fossem os objetivos a cumprir pelo seu jornal ou pela sua revista. Na realidade, estes texto revelam-se autorretratos fiéis dos objetivos e posições sociais, culturais e políticas das publicações e demonstram preocupação com a(s) audiência(s). Todavia, é necessário ter presente que estes autorretratos nem sempre se materializam, quer porque a ideia é, em grande parte, atrair leitores e como tal é natural que se hiperbolizem as intenções dos editores, quer pelo facto de não se poder prever na totalidade o rumo que a publicação tomará a curto e médio prazo.

Selecionamos uma amostra de oito textos-fundação, escritos entre 1855 e 1865 para ilustrar a profusão de revistas literárias e por coincidir com a Questão Coimbrã (ou do Bom Senso e do Bom Gosto)¹. Esta polémica literária portuguesa², desencadeada em 1865, aparece na história como a mais relevante, visto que a “geração nova” nela envolvida aspirava à criação de públicos gerados pelo debate político. Assim sendo, nesta fase assiste-se à proliferação de periódicos: cerca de quatrocentos entre 1870 e 1880, e mais de cento e oitenta em 1880-1890 (Rodrigues, 1997, p. 472).

Deste modo, a partir do levantamento destes textos-fundação procuramos responder a três perguntas:

- Qual era a linha editorial destas publicações, isto é, qual o objetivo destes editores quando iniciavam a publicação?
- Qual a relação que pretendiam estabelecer com os seus leitores?
- Para que público(s) escreviam?³

As perguntas surgem como espelho do processo de comunicação: quando se comunica, quer comunicar-se a alguém, e de determinada forma, alguma coisa. Utilizamos aqui o termo comunicação no seu sentido mais lato, como interação social através de mensagens (Fiske, 1995, p. 14-16).

2 A imprensa portuguesa no terceiro quartel do século XIX

O Recenseamento da População de 1878 indicava que 79,4% da população com mais de seis anos não sabiam ler (Ramos et al., 2009, p. 529-30), e nas décadas precedentes, o analfabetismo atingira uma taxa de 85 a 90% (Crato, 1992, p. 35). Não obstante estes números, nas décadas de 1860 e 1870 nasceram, regularmente, jornais literários e de entretenimento. Este crescimento foi possível por um aumento da capacidade financeira (Buescu, 1997, p. 472), e das leis da liberdade de imprensa então promulgadas. Salientamos que os primeiros

¹ Todos os textos foram analisados a partir das publicações originais disponíveis na Biblioteca Nacional em Lisboa, Portugal.

² Nas palavras de Ramos et al. (2009, p. 534), foi a maior “zaragata literária portuguesa. Com trinta e três autores a produzirem trinta e sete opúsculos, publicados em Lisboa, Porto, Coimbra e até no Rio de Janeiro”.

³ Atualmente, os estudos desagregam o conceito de *público* em vários *públicos* em função de categorias socio-demográficas (classe social, género, idade e outras), assumindo que estas categorias determinam a atividade interpretativa do(s) público(s), ou seja, a sua capacidade de construir uma leitura significativa do mundo, aceitando, reinterpretando ou resistindo à imposição normativa dos media (Coudry et al., 2007, p. 25)

textos-fundação apresentados neste artigo foram, porém, publicados ligeiramente antes de começar esta avalanche de publicações.

O século XIX assistiu a diversos progressos na imprensa: na apresentação gráfica (incluíram-se ilustrações litográficas e gravuras em madeira); na técnica tipográfica (em 1860 surge o primeiro prelo a vapor na tipografia do *Comércio do Porto*); no conteúdo das publicações (para além dos temas políticos nacionais e internacionais, os jornais passam a publicar crónicas da vida mundana, artigos científicos, crítica literária e folhetins); na qualidade dos textos (muitos dos escritores portugueses da época escreviam nos jornais). No entanto, as redações eram compostas, na sua maioria, por jornalistas mal remunerados que quase sempre acumulavam outras profissões (Crato, 1992, p. 36-40).

Esta é também a fase que presencia o nascimento da imprensa especializada, como é o caso da imprensa literária, à qual pertencem os textos-programa aqui analisados. Estas novas publicações dedicavam-se à literatura portuguesa e à de países com os quais Portugal tinha uma maior proximidade, por motivos históricos, ideológicos e/ou geográficos, nomeadamente o Brasil.

Um aspeto fundamental que contribuiu para a proliferação de periódicos nos anos em análise foram as leis que previam a liberdade de imprensa. Após uma primeira tentativa de garantir a livre expressão de pensamento depois da aprovação dos artigos 7º e 8º da Constituição pelas Cortes em 1822 (Tengarrinha, 1965, p. 143), e da fase restritiva da liberdade de imprensa de 1840 a 1847⁴, na segunda metade do século XIX, em Portugal, gozava-se de liberdade de imprensa. O decreto de 24.05.1851 suspendera todos os processos por abuso de liberdade de imprensa requeridos pelo Ministério Público, e o decreto de 12.02.1862 amnistiara os crimes de abuso de liberdade de imprensa entrepostos pelo Ministério Público (Traquina, 1993, p. 167). Adicionalmente, a lei de 1.07.1863 definiu os privilégios dos jornais e, por fim, “a lei de 17.05.1866 aboliu todas as cauções e restrições estabelecidas para a imprensa periódica” (ibid.)⁵.

⁴ Em 1840, promulga-se a Carta de Lei de 14 de agosto que, no artigo 3.º, proibia, durante o prazo de um mês, a publicação de folhas periódicas com exceção dos periódicos literários; o Decreto de 7 outubro de 1846 estabelecia a suspensão de jornais, para impedir que a anarquia (referência à revolta da Maria da Fonte e à guerra civil que se lhe seguiu) continuasse a ameaçar destruir as instituições sociais. Progressivamente, a suspensão foi sendo prorrogada mensalmente: a 5 de novembro, a 6 de dezembro de 1846 até julho de 1847 (Tengarrinha, 1965, p. 118-119, 127-128).

⁵ Note-se que a mesma liberdade não se aplicava aos caricaturistas cuja produção era alvo de uma censura apertada. Nomeadamente porque num país com quase 80% de analfabetos, o poder da imagem era muito superior ao da palavra escrita (para a história da perseguição aos caricaturistas europeus, 1815-1914, ver Goldstein, 2010).

Os textos aqui selecionados surgem exatamente neste período, o da Regeneração, quando se restabelece a liberdade de imprensa e cresce a importância do jornal como instrumento de cultura coletiva. De lembrar que o jornalismo emerge nesta fase como um poderoso agente na construção de uma nova comunidade preocupada com as questões públicas (Espejo, 2011, p. 198). Por todos estes motivos, no Portugal de 1899, havia mais de 500 publicações periódicas (Santos, 1988, p. 30).

Porém, apesar dos grandiosos objetivos, estas publicações tiveram uma existência curta, provavelmente por verem esgotadas as economias dos seus editores, já que as tiragens eram diminutas e as dificuldades técnicas muitas. Recorde-se que só a partir de 1860 chegaram a Portugal os prelos a vapor, e nem todos os editores os puderam comprar. Paralelamente, o papel era escasso e o seu preço muito elevado, sendo que, só a partir de meados de 1870, os periódicos começaram a ultrapassar estas dificuldades (Tengarrinha, 1965, p. 167-172).

Para além dos obstáculos financeiros referidos em alguns destes textos, existe outro traço comum a estas publicações: a ausência de referência aos nomes dos seus proprietários, redatores e colaboradores. Esta característica dever-se-á ao facto de: (a) na maioria dos casos, ser o mesmo grupo de homens a desempenhar todas as tarefas e ao prescindir-se da assinatura, mantinha-se a ilusão de que seria uma vasta equipa; (b) os textos terem uma autoria coletiva que expressava as ideias da maioria dos elementos da redação. Por este motivo, apenas quatro dos oito textos-programa da amostra em análise apresentam assinatura. Relativamente às páginas nas quais o conjunto dos textos selecionados foram publicados: quatro ocuparam a primeira página à esquerda, em uma ou duas colunas, e os outros quatro ocuparam a primeira e a segunda página ou mesmo as três primeiras páginas (como foi o caso da *Revista do Século*). A análise abaixo segue a ordem cronológica de publicação.

3 Análise dos textos-fundação

Os textos selecionados foram os seguintes: (1) *Revista Peninsular*; (2) *O Cysne do Tejo – Semanário de Instrução e Recreio*; (3) *Revista da Instrução Publica para Portugal e Brazil*; (4) *Album Litterario*; (5) *A Chrysalida – Jornal de Litteratura (Academico)*; (6) *Ecco Litterario – Hebdomadario Instrutivo, Recreativo e Popular*; (7) *Revista do Século*; e (8) *Revista de Coimbra*.

TEXTO 1: Revista *Peninsular*

O primeiro texto, publicado na *Revista Peninsular*⁶, é um dos mais elaborados do ponto de vista da construção textual e das referências literárias que inclui. Escrito por José da Silva Mendes Leal (1818–1886), retratado como “autor de dramalhões aplaudidos, poeta festejado de cânticos humanitários e oportunos, de sonoridade fácil, grão-mestre da Maçonaria em 1863” (França, 1999, p. 318), encontramos referências à literatura e à história ibéricas, nomeadamente à obra *El Moro Exposito* de Ángel de Saavedra, Duque de Rivas (1834), e à *Adozinda* de Almeida Garrett (1828). Facto que não será de estranhar dada a experiência literária e jornalística de M. Leal, que já colaborara na revista *O Panorama* redigida por Alexandre Herculano (Lisboa, 1837). Recordamos que a maioria dos grandes escritores portugueses oitocentistas esteve associada à prática jornalística (Trigo, 1988, p. 13).

A morte de A. Garrett, a 9 de dezembro de 1854, e o elogio a este escritor romântico marcam o início deste texto, no qual recorrentemente se incentiva a união cultural entre Portugal e Espanha, recordando o passado cultural e linguístico que partilham. Assim, M. Leal afirma que pelo facto de “as musas peninsulares nasceram irmãs” o objetivo da revista é eliminar a “triste cegueira” que impede a comunicação entre os dois países, de modo a criar um terreno comum onde as letras e a história de ambos se possam encontrar e admirar mutuamente. Para além desta ideia, neste texto-inaugural sobressai a valorização e o elogio da função daqueles a quem M. Leal chama “talentos superiores” e “pontos luminosos”, ou seja, os poetas, os historiadores, os filósofos e os artistas; acreditando na capacidade de todos eles para iluminar quer o passado quer o futuro, já que são as suas obras que moldam, em grande parte, a forma de estar e pensar de cada século. É para divulgar estas obras que se “elabora todo o trabalho social” no qual se inclui o jornalismo. Na sua ambição de estudar as figuras do passado para que melhor se entenda o presente sobressaem nuances próprias da escrita ultrarromântica: “É o sentimento profundo e reconhecido, que mesmo ao que cinge os louros da gloria recorda o cypreste que se levanta, fúnebre sentinella, ao portal dos necrópoles, e a coroa de violetas que pende, ignota homenagem, dos braços toscos da cruz, no ermo alpestre.”.

⁶ Em comparação com as restantes, esta publicação apresentava uma qualidade tipográfica superior e um número de páginas superior – 40 – numa época em que a maioria das revistas tinha, em média, 20 páginas.

Justificando a aparição de uma publicação como a *Revista Peninsular*, o investigador A. Ferreira considera “que os homens progressistas de meados do século concederam ao ideal ibérico particular afeição”, porque “naturalmente acreditavam ser possível realizar a revolução social com o esforço concertado dos povos dos dois países peninsulares” (2007, p. 147-148). Esta revolução social pressupunha a antevisão de benefícios económicos para Portugal. O ideal ibérico desta revista, na qual participaram intelectuais tão diversos entre si como A. F. de Castilho, A. Herculano, L. de Mendonça e R. da Silva além de, evidentemente, o próprio M. Leal, não foi do agrado de grande parte da população, pois a solução federativa não ganhava a aprovação do sentimento das maiorias nem a simpatia da minoria que nos governava à época. Na realidade, e ainda segundo A. Ferreira, “a burguesia ordeira, constitucional, regeneradora, amorosamente lírica nas suas leituras, desaprovava o federalismo ibérico de inspiração progressista.” (2007, p. 147-148). Mas a ambição da união ibérica, apresentando aspectos diversos, sob uma forma monárquica ou sob uma forma republicana, não persistirá durante muito tempo (França, 1999, p. 276).

Para a conquista do objetivo de uma federação ibérica, M. Leal, apoiando-se nas figuras históricas de Portugal e Espanha, reforça uma das estratégias da *Revista Peninsular*: dar a conhecer a ascendência intelectual destes dois países que apesar de, em diversas ocasiões, estarem de costas voltadas e desconhecerem o que se passa no país vizinho, têm no seu passado uma cultura que as revela como iguais: “as fontes da sua historia são as mesmas, as suas origens ethnographicas tornam-as irmãs, [...] a sua ascendencia é commum, corre-lhes nas veias o mesmo sangue”.

Sete anos depois, em 1862, surge o poema *D. Jaime ou a Dominação de Castela*, da autoria de T. Ribeiro “um jovem poeta liberal” (França, 1999, p. 276), contestando esta ideia ibérica. O prefácio desta obra escrito por A. F. de Castilho contribuiu para despoletar a maior polémica literária do século XIX: a Questão Coimbrã. Na realidade, a “feição anticastelhana do poema acordava a retórica patriótica que os coimbrões tão veemente castigarão.” (Ferreira, 2007, p. 145).

TEXTO 2: O Cysne do Tejo – Semanário de Instrução e Recreio⁷

Nem todas as publicações partilharam o ideal de união ibérica do editor da *Revista Peninsular*.

⁷ Este semanário apresentava-se com 8 páginas a duas colunas. A este formato no qual as folhas de impressão são dobradas em quatro, gerando 8 páginas, atribui-se o nome de

Na declaração de intenções intitulada de “Introdução”, assim como no texto anterior, afirma-se o objetivo deste semanário como sendo o de divulgar a herança literária portuguesa às classes menos instruídas “o bem mais precioso que o homem sensato póde ambicionar – o saber”. À semelhança do texto 1, o editorial valoriza as figuras do nosso passado cultural, já que elas “são a eterna gloria do seu paiz”.

Após a leitura deste texto sobressaem duas ideias principais: (a) a preocupação de levar o conhecimento às classes menos literadas e (b) a divulgação da importante herança intelectual de um povo que merece ser protegida.

Em relação à primeira ideia, como referimos acima, foi a partir de meados do século XIX que a imprensa ganhou novos públicos: “O público já não se resume aos nobres, aos políticos ou aos comerciantes mais abastados. O preço é ainda proibitivo para as classes trabalhadoras, mas o comerciante, o proprietário, o professor, o cidadão mais folgado passam a ler regularmente o periódico” (Crato, 1992, p. 35). É ainda de recordar que, em Lisboa, tal como nas restantes cidades europeias da época, os jornais passavam de mão em mão e eram lidos em locais públicos como as barbearias ou os cafês. Além do mais, a divulgação da literatura assumia uma função regeneradora da sociedade e “estabelece-se uma profunda, e ao mesmo tempo, dinâmica relação entre a literatura e a sociedade em renovação, ou, por outras palavras, a literatura é encarada como instrumento de transformação política e social (Tengarrinha, 1965, p. 106).

A preocupação assumida por este periódico em levar a literatura a uma mais ampla camada da população não era exclusiva dos editores do *Cysne do Tejo*, pois sentia-se, em Portugal, a necessidade de instruir aqueles que menos tinham acesso à educação. Assim sendo, este editorial limitou-se a refletir o contexto. São espelho deste desejo de instruir um maior número de portugueses as leis sobre o ensino (promulgadas a partir de 1832) decretando a liberdade e a gratuidade do ensino nos primeiros anos de escolaridade. Durante o reinado de D. Pedro V (1855-61), no período em que este jornal surgiu, a instrução pública foi a pedra de toque, juntamente com o progresso material, e muitas medidas foram tomadas para a melhorar (ver França, 1999, p. 241-254).

in-4^o. Sucedeu-lhe o *in-folio*, no qual as folhas de impressão são dobradas em duas gerando 4 páginas. É de referir que do primeiro para o segundo há um aumento do tamanho das páginas. O texto-fundação deste semanário está assinado por “A Empresa” e não há, nas suas páginas, qualquer referência aos nomes dos seus proprietários, editores ou jornalistas.

Um outro aspecto merece realce – a representação de humildade destes jornalistas na esperança de um enriquecimento mútuo no encontro com os leitores: “Ahi vae pois o Cysne, fraco e timido como é, dar o seu contingente a favor dessa civilização; [...] Em conclusão diremos, que não existem em nós pretenções a sabios, mas sim um desejo, que nos fará, com ajuda dos nossos assignantes seguir avante para esta glorioza campanha, sendo a nossa diviza – desejo e gratidão.”

Estas duas últimas palavras – “desejo e gratidão” – refletem a convicção destes jornalistas no poder da instrução formal. Na realidade, os jornais espelhavam o desejo do monarca de instruir o povo português e de desenvolver a nação que se encontrava atrasada em relação à Europa; aliás, D. Pedro V afirmava que Portugal tinha “um povo “adormecido”, “cego”, “obstinado”, caminhando, “en boitant un siècle en arrrière de la France”, “na cauda da civilização”, “modelo vivo da Idade Média”.” (ver França, 1999, p. 244).

O *Cysne* saiu apenas durante 18 semanas. Desconhecem-se as razões que levaram ao seu término, no entanto, poder-se-ia encontrar explicação na ausência de pagamento das assinaturas ou na extrema dificuldade na colecta. Na verdade, no penúltimo número d’ *O Cysne* (n. 17, 12 de janeiro de 1857, p. 1) lê-se o que poderemos apelidar de “o canto do cisne”: “A empresa d’este semanario roga aos srs. assignantes, se sirvam mandar satisfazer, com a brevidade possivel, as quantias em débito”.

TEXTO 3: Revista da Instrução Publica para Portugal e Brazil

À semelhança do texto anterior, no editorial da *Revista da Instrução Publica para Portugal e Brazil* sobressai a crença na educação e, simultaneamente, a certeza dos efeitos dos textos publicados na opinião pública e no florescimento da sua cultura geral. Há uma preocupação urgente com a educação da população, explicável se recordarmos que a redação desta revista era composta por L. F. Leite e A. F. de Castilho que quatro anos antes, em 1853, fora nomeado Comissário Geral da Instrução Primária e abriu cursos públicos em Lisboa, Porto, Coimbra e Leiria destinados à instrução de professores. A ligação de Portugal ao Brasil, visível no título do periódico, pode ser explicada pela deslocação ao Brasil de A. F. de Castilho para divulgar o seu método de leitura apenas dois anos antes.

Se compararmos este texto com o da *Revista Peninsular* (texto 1), reparamos que ao contrário desse editorial no qual se enalteciam as vantagens de uma união ibérica, no da *Revista da Instrução Publica*

há uma preocupação quase exclusiva com a educação; uma afirmação clara da necessidade de criar um sistema de ensino que pusesse Portugal ao mesmo nível que o resto do mundo. De nada serviria ao país empenhar-se em investimentos agrícolas e industriais se não investisse no sistema de educação. Assim, o redator refere: “O desenvolvimento publico, que espera do plano de reformas que traçou, será quasi uma chimera, em quanto não disporer rasgada e francamente os caminhos da illustração popular.”

Estas afirmações refletem, tal como acontecia no texto 1, não só a filosofia de governação de D. Pedro V, que se revelava “positivista mas não materialista, porque não deixava de defender o espiritualismo que deve temperar o progresso material e contrariar todo o indiferentismo.” (França, 1999, p.146), mas também a liberdade de pensamento que a imprensa gozava e que lhe permitia ter uma forte carga opinativa.

É de salientar que na parte final deste texto se apresentam as linhas orientadoras da publicação: aumentar a importância política de Portugal e do Brasil através do investimento na educação.

Não deixa de ser curioso que a frase do texto “*Portugal, pela importancia das suas condições historicas, deve assumir o lugar que lhe compete na comunhão europêa*” cause pouca estranheza ao leitor do século XXI, uma vez que a encontra nos discursos de alguns dos dirigentes políticos que continuam a levantar a bandeira de um Portugal mais europeu. De facto, este é um desejo antigo e já D. Pedro V via na indústria “a porta por onde o País poderia entrar na ‘comunhão europeia’.” (França, 1999, p. 245).

Pelos altos objetivos a que se propõem, os editores reconhecem que “*a tarefa não é fácil*” e, por essa razão, pedem a colaboração dos “*especialistas e dos sabios*” de ambos os países de forma

a pesar na balança do senso commum e á luz da sciencia actual, o que existe, bom ou mau, optimo ou pessimo nas duas legislações; inquirir o que falta e devia existir; examinar com a mesma consciencia o que se faz, e o que se tem feito nos paizes onde mais adiantada se acha a organização da instrucção publica.

É de salientar que estes editores afirmam ainda que divulgarão obras de literatura de forma a “*desenfadar algumas vezes com ella o cansaço dos estudos sérios*”, associando, assim, à instrução o entretenimento e o prazer. Esta dupla função dos jornais, afirmam-no eles, não é nova: “*temol-o nos jornaes especiaes de todas as linguas; temol-o na França principalmente.*”

Na realidade, França foi, durante o século XIX, uma importante e recorrente fonte de inspiração a nível político, intelectual e cultural para Portugal. Se observarmos a influência francesa na imprensa, verificamos que foi deste país que chegou o folhetim-literário (ver Lima dos Santos, 1997), secção que atraía um grande número de leitores permitindo a uma grande fatia da população o acesso a obras literárias, tal como foi de França que veio a “imprensa de opinião” que aí havia surgido no último quartel do século XVIII (Tengarrinha, 1965, p. 80).

A este propósito, o historiador J. Tengarrinha lembra “a benéfica influência que sobre os nossos jornalistas emigrados [Herculano, por exemplo] foi exercida pela evoluída imprensa de países como a França e a Inglaterra, onde então se encontravam, concluindo “A imprensa portuguesa, desde 1834, foi uma imitação do bom e do mau dos jornais franceses.” (1965, p. 113).

A aproximação de Portugal à Europa foi mais um dos pontos de controvérsia na Questão Coimbrã, uma vez que Castilho e os seus defensores, entre eles P. Chagas (1842-1895) – o núcleo mais conservador – criticavam o desejo constante de seguir padrões da cultura francesa (Reis e Pires, 1999, p. 230) ao passo que a outra facção mais liberal e mais moderna apoiava as influências francesas.

A *Revista da Instrução Publica* foi editada oito vezes, encerrando as portas no mesmo ano em que iniciou a sua publicação.

TEXTO 4: *Album Litterario*

O próximo texto inaugura o *Album Litterario*, também uma publicação lisboeta, que saiu a 3 de janeiro de 1863⁸.

Neste texto, os redatores expressam as dificuldades de criação de um jornal e afirmam a probabilidade, deveras real, deste findar mais cedo do que desejariam. Na realidade, o *Album Litterario* esteve em circulação apenas durante um ano.

Logo no primeiro parágrafo elogiam o público que caracterizam de benévolo e de admirador da literatura. E é precisamente a pensar neste público que estão dispostos a vencer as dificuldades que sabem vir a encontrar.

Apesar de recusarem fazer promessas de longevidade por temerem não poder cumpri-las, assumem como um dos seus objetivos trabalhar, tanto quanto possível, no sentido de publicar artigos de qualidade de

⁸ Esta publicação apresenta-se com 4 páginas a duas colunas e é propriedade de J. Sanguinetti.

modo a criar uma publicação que seja do agrado dos leitores, o que revela uma atenção especial com o público:

O Album Litterario, não póde fazer promessas, porque receia não poder cumpril-as, unicamente affirma, que trabalhará, quanto lhe seja possivel para o augmento, boa ordem e escolha minuciosa nos artigos, que publicar, são estes os requisitos necessarios para a conservação d’um jornal tornando-o agradavel aos leitores.

Ao mesmo tempo, mostram-se disponíveis para publicar textos de autores que assim o desejem, o que revela receptividade face a novos talentos literários e é uma novidade em relação aos textos-fundação anteriores.

TEXTO 5: A Chrysalida – Jornal de Litteratura (Academico)

A Chrysalida – Jornal de Litteratura (Academico) publicado em Coimbra, a 31 de outubro de 1863, promete trabalhar no “edifício da litteratura, para onde se arrastam os grandes matereaes da sciencia europeia”⁹. Em registo poético, característico do Ultrarromantismo começa por elogiar o “semi-deus” que criou a imprensa, Guttenberg, reconhecendo que esta invenção contribuiu positivamente para o combate do conhecimento contra a ignorância.

O jornal como fonte de conhecimento que vem destronar o reino da ignorância é uma das ideias principais deste texto que se revela convicto da influência do jornal na vida dos leitores. De um modo democrático, comum aos textos anteriores, esta influência passa pela instrução à qual todos têm direito e que aparece representada como essencial para a vida como o sol. Aliás, a imagem que usam é muito reveladora: “*Não seja justo somente o que nos convem, também o povo tem direito à luz da sciencia, como ao sol, que Deus fez para todos.*”.

Apesar de ambicionarem um povo português mais instruído – daí o nome da publicação (Chrysalida), símbolo daquilo que se transforma num sentido positivo e belo – este texto dirige-se a uma elite, um público erudito e, como tal, utiliza palavras e expressões latinas, recorre ao uso de metáforas e faz referências a figuras e acontecimentos históricos.

Neste texto compara-se o livro com o jornal, aparecendo este último em vantagem, o que demonstra a crescente importância do jornal

⁹ Este jornal tinha 40 páginas a duas colunas; o que não era comum numa publicação que se autodesignava de jornal. O seu administrador foi D. de Vasconcellos e a equipa de redatores era composta por T. Braga e J. Simões Dias.

na educação da burguesia, já que o livro era exclusivo, ou quase, da aristocracia, como fica bem claro nesta apologia dos periódicos repleta de imagens sugestivas:

O jornal é oráculo da sciencia, que não procura a bibliotheca para fallar do presente e providenciar para o futuro: de cada uma casa faz elle um templo: de cada bôcca um intérprete: de cada homem um amigo: e de cada familia um auditorio de admiradores, que vêm à porta recebê-lo com o sorriso da bemquerença, como a um filho, que de longe se esperava. O livro pelo contrário, senhoril em tudo, e em tudo aristocrata, não se dá tão bem nas mãos callosas do trabalhador; procura as almofadas e os dedos do litterato: cria-se ao pe dos jardins, não desce ao tugurio do campino.

De facto, os jornais proporcionavam uma leitura mais fácil e rápida, eram uma fonte de saberes variados e reuniam a família e a comunidade ao redor da sua leitura.

Perante o entusiasmo expresso nas linhas deste texto-programa é de lastimar que o projecto não tenha vingado, encerrando as prensas ao fim de meio ano.

TEXTO 6: Ecco Litterario – Hebdomadario Instrutivo, Recreativo e Popular

Felizmente que se persistiu na criação de mais publicações que perpetuaram o desejo da instrução como forma de garantir o progresso do país. Tal foi o caso do *Ecco Litterario – Hebdomadario Instrutivo, Recreativo e Popular*, cujo primeiro número saiu a 3 de setembro de 1864, em Lisboa¹⁰.

Neste texto, mais curto do que os outros e com um público-alvo mais circunscrito – a população estudantil – promete-se trabalhar aumentando o número de páginas para o dobro e melhorar a qualidade tanto das ilustrações como do conteúdo. Provavelmente por terem como público os estudantes, prometiam escrever em tom lúdico e preencher as páginas com música, caricaturas, desenhos, entre outras distrações: “*esperamos em breve, não augmentar o formato, mas dar o dobro de paginas ao nosso jornal, assim como ilustral-o com musica, caricaturas, desenhos, etc.*”.

¹⁰ Nesta publicação, que se apresenta em 4 páginas a três colunas em formato A3, não há qualquer referência ao nome do diretor ou dos redatores.

Apesar de publicada em Lisboa¹¹, a publicação era dirigida aos estudantes de Coimbra os quais, por esta altura, protestavam contra o estilo retrógrado do ensino e exigiam uma atualização cultural de forma a satisfazer a

modernização das fórmulas mentais da nova geração' pois 'Coimbra era isso mesmo: o entusiasmo da sua juventude e o seu pedantismo também. A velha cidade acordava para uma nova literatura ou, antes, para uma nova função da literatura.' (França, 1999, p. 366-367).

Seria neste contexto que o grupo de estudantes e poetas de Coimbra (que já em 1862 contestara ferozmente as ideias de F. de Castilho expostas na carta preambular do poema patriótico *D. Jaime* de T. Ribeiro) reagiria contra as referências pejorativas a A. de Quental e T. Braga escritas por F. de Castilho, em 1865, na carta-posfácio do *Poema da Mocidade* de P. Chagas. Contestações que se materializaram numa troca de folhetos iniciada com a carta de A. de Quental a F. de Castilho: *Bom Senso e Bom Gosto*, que viria a ser conhecida por *Questão Coimbra*.

TEXTO 7: Revista do Século

O próximo texto em análise é o da *Revista do Século* publicada, pela primeira vez em 1865, em Lisboa¹². Inicia-se de forma original, negando a necessidade de uma introdução no caso particular dos livros, pois não só é desnecessária mas mesmo nociva (seria este um ataque aos textos de apresentação escritos por F. Castilho ao poema *D. Jaime* e ao *Poema da Mocidade*?).

O início de texto revela, à partida, uma construção linguística mais sofisticada do que a do texto anterior, o que não é de admirar dada a riqueza literária de uma publicação que contava na sua lista de colaboradores com A.A. da Silva Guimarães, A. de Quental, F. de Magalhães, J.M. Dantas Pimentas, F. França, J. Cândido de Moraes, M.M. de Faria Maia, O. de Freitas, R. de Bulhão Pato e T. Ribeiro. Na realidade, um órgão jornalístico, para além do seu corpo editorial, que é constituído, em teoria, por jornalistas profissionais, possui um grande

¹¹ A comunicação entre Lisboa e Coimbra estava, desde 1863, muito facilitada já que fora construída a ligação ferroviária e, como lembra França (1999, p. 366), "tal facto não deixaria de acelerar o desenvolvimento de atualização cultural, de modernização das fórmulas mentais da nova geração."

¹² Nesta revista não há referência nem ao dia nem ao mês em que se iniciou a sua publicação. Sabe-se, porém, que o seu diretor foi Pedro Corrêa e que tinha 32 páginas sem colunas e que como redatores principais contava com M. Pinheiro Chagas e A. Osório Vasconcellos.

número de colaboradores especializados (Bandeira, 1988, p.73), o que se verifica no caso da *Revista do Século* que em plena Questão Coimbrã tinha como colaborador T. Ribeiro e como um dos redatores principais P. Chagas que, por altura do elogio de F. Castilho ao poema *D. Jaime*, o tinha apoiado contra o grupo de A. de Quental e T. Braga.

Retomando a análise, o seu redator, A. Osorio de Vasconcellos, afirma que a apresentação de um jornal não deixa de ser um aspecto negativo, já que limita aquilo que um jornal poderá vir a ser. Afirma ainda que se o jornal é espelho da sociedade, é normal que evolua com ela e ao escrever-se o texto-programa limitar-se-á o campo de ação do jornal e impedir-se-á que este evolua com a sociedade:

Se o jornal é a expressão vivaz e verdadeira da sociedade; se é variavel como ella e com ella; se é a imagem do fabuloso camaleão, o qual a cada passo se transformava; como querer fixar limites, ao que é de si illimitado? Como prever as surpresas do futuro? Como sujeitar a regras methodicas e mathematicas um kaleidoscopo intellectual e moral?

No momento em que se escreve o texto-fundação, desconhece-se o futuro e por essa razão o redator questiona o motivo de se manter a publicação presa àquilo que no primeiro número se afirmou. Caracterizando a imprensa de “nova realeza”, o autor volta a perguntar aos leitores se conhecem algum “Mercúrio” que tenha sido fiel ao seu programa primordial, afirmando, de seguida, que o prefácio de qualquer jornal deveria ser o epílogo, já que só no final se saberia o que se havia feito.

Não obstante, o autor – nas suas próprias palavras, “o mais indigno” da redação e por essa razão o encarregado desta tarefa – está, ironicamente, a escrever um texto intitulado “Introdução”, facto que não o preocupa, já que, nas suas próprias palavras, aquilo que se escreve num prefácio de jornal nunca é cumprido. Na sua opinião, o jornal deverá evoluir de acordo com o gosto e interesse do público e como estes vão evoluindo, também o jornal evoluirá.

Apesar de reforçar a ideia de que a revista acompanhará o ritmo dos tempos e com eles evoluirá e estabelecerá os seus objetivos, A. Osorio de Vasconcellos apresenta as intenções basilares da revista: levar instrução a um número mais amplo da população, divulgar novos talentos antes que “definham na sombra, á mingua de um raio de sol que [o]s aqueça” e promover o progresso nacional. Para além destas funções

expressas hiperbolicamente, esta revista promete ser um novo espaço de discussão entre os acadêmicos: “os gladiadores que surgem a cada passo das escolas”; uma referência às discussões literário-filosóficas entre o círculo de poetas associado a A. F. de Castilho e o grupo de poetas de Coimbra.

Tal como as outras publicações aqui analisadas, esta também se apresenta com uma perspectiva democrática, declarando o desejo de respeitar “os direitos de todos” e o valor dos “homens livres”.

Atente-se agora nas seguintes palavras do texto: “É difícil, e acazo arrojada esta obra de evangelisadores, a que mettemos hombros”. Esta frase, pelo autorretrato que oferece do jornalista/escritor como moralizador da sociedade e como um profissional comprometido com um ideal de progresso, remete para uma afirmação de Óscar Lopes na qual se lê que “Antero mantém a concepção hercúlia do poeta como profeta ou espécie nova de “sacerdote”, superior às inconstâncias da “turba” e dos poderosos.” (1972, p. 232). De facto, A. de Quental no opúsculo *Bom Senso e Bom Gosto* sobre a “bela e imensa missão do escritor” afirma o seguinte:

É um sacerdócio, um ofício público e religioso de guarda incorruptível das ideias, dos sentimentos, dos costumes, das obras e das palavras. [...] Para isso toda a independência de espírito, toda a despreocupação de vaidades, toda a liberdade de jugos impostos, de mestres, de autoridades, nunca será de mais. (Antero de Quental, 1865 cit. Reis e Pires, 1999, p. 330).

TEXTO 8: Revista de Coimbra

O próximo texto-programa, da bimensal *Revista de Coimbra*, criada a 1 de dezembro de 1865¹³, é construído segundo uma estratégia de negação, apresentando aquilo que não vão fazer. O autor começa por se recusar a produzir um jornal de debates e opta por se manter alheio a “polémicas fastidiosas”; provavelmente numa referência à *Questão Coimbrã* que se travava no mesmo ano em que esta publicação é editada.

A *Revista de Coimbra* assume-se (tal como alguns dos anteriores textos) com o objetivo de animar as horas de estudo e lazer dos estudantes. É também traçado, neste texto, um retrato do ambiente literário de Coimbra como sendo simples, jovem, alegre, inovador, sem pretensões e,

¹³ Esta publicação, que não refere o nome dos seus proprietários, diretores e redatores, apresenta-se com 8 páginas a duas colunas.

acima de tudo, independente. Mais uma vez características que apontam para “os teóricos da sociedade futura, utopistas necessariamente” (Ferreira, 2007, p. 172), ou seja o grupo de jovens de Coimbra – futura Geração de 70 – que, ao confrontarem-se com Castilho, procuraram afirmar o carácter interventivo e ativo da literatura de forma a renovar a vida cultural e intelectual do país, a favor do progresso nacional.

Esta revista procurava manter-se afastada daquilo a que o seu autor chamava “estereis discussões de princípios particulares” dos movimentos literários.

O objetivo de publicar o que fosse “bom e útil” (sinais do positivismo de Comte e do utilitarismo de Stuart Mill que marcaram esta geração) foi bastante efêmero e a *Revista de Coimbra* foi publicada apenas durante um ano.

Considerações finais

Não obstante o desenvolvimento quer em quantidade, quer em qualidade da imprensa periódica – ou da “grande invenção da época”, para evocarmos as palavras de A. Hauser (2000, p. 540) – recordamos que das 8 publicações analisadas, apenas uma conseguiu manter-se em atividade durante dois anos. Presumimos que tal sucedeu por falta de condições financeiras, um facto generalizado nesta fase do jornalismo português.

Tal como observamos, a maioria destas publicações expressa a determinação de trabalhar no sentido de democratizar o acesso quer à educação, quer à literatura e simultaneamente ampliar o público leitor. Todavia há algumas especificidades diferenciadoras nos objetivos de cada uma destas publicações. Podemos afirmar que publicar novos talentos e mostrar os já consagrados eram as ambições do *Álbum Litterario*; fazer o que a anterior publicação deseja e para além disso promover a união ibérica, dando a conhecer a história de Portugal e de Espanha era o plano da *Revista Peninsular*; honrar a herança literária portuguesa, divulgando-a a um maior número de pessoas é o objetivo d’*O Cysne do Tejo*; levar a literatura a todos os portugueses e brasileiros e simultaneamente entreter e divertir era o intuito da *Revista da Instrucção Publica para Portugal e Brazil*; defender a instrução e a moralidade pública como os pilares do progresso do país era o desejo do *Ecco Litterario* e promover o progresso através da educação era o que queriam a *Revista do Século* e a *Revista de Coimbra*.

Com a síntese dos objetivos de cada uma destas publicações concluímos que apesar de distar uma década da primeira para a última, as diferenças são pouco significativas. Democratizar a educação, entreter os leitores e ao mesmo tempo divulgar a literatura e a história portuguesas (e pontualmente a brasileira e a espanhola) eram os principais intuitos das revistas literárias que surgem às centenas nos anos 1850 e 1860 (ver ponto 2, acima).

Outra das características da maioria destes textos desta amostra é o facto de não serem assinados o que “faz reverter tacitamente a sua responsabilidade à instituição jornal/revista” e menos a uma personalidade em particular (Miné, 2003, p.184). Esta observação é reforçada pelo facto de todos os textos, sem exceção, serem escritos na primeira pessoa do plural. Em vez de assinatura, terminam quer com nomes colectivos como “A Empreza” (*O Cysne do Tejo* de 1856) e “A Redacção” (o *Ecco Litterario* de 1864), quer com a abreviatura R.R. (a *Revista de Instrucção Publica para Portugal e Brazil* de 1857 e o *Album Litterario* de 1863). Para além da *Revista do Século*, cujo texto-fundação surge assinado por A. Osorio de Vasconcellos, também o *Portugal Litterario*, publicado em 1862, ao apresentar-se sob a forma de uma carta, termina com um nome colectivo que é, simultaneamente, uma fórmula própria da epístola: “De V.s.as Attentos veneradores, Os editores”.

O título mais frequente atribuído a estes textos é “Introducção”. Somente três fogem a esta regra: um deles é o *Portugal Litterario* que por se apresentar numa estrutura epistolar, tem como título: “Prologo-Circular” e dirige-se directamente aos “Srs Assignantes”, tratando-os por “Vossas Senhorias”, o que não sucede em nenhum dos outros; os outros textos que fogem ao título “Introducção” são o *Ecco Litterario* e a *Revista da Instrucção Publica para Portugal e Brazil*. O primeiro opta por colocar o vocativo “Ao Publico” e o segundo por colocar uma frase: “Programma que precedeu a publicação deste jornal”, que apesar de aparecer publicado no número 1 desta revista, presume-se que já teria sido divulgado em prospectos distribuídos ao público, prática descrita no texto-apresentação do *Portugal Litterario*.

Quanto às outras perguntas que se colocaram no início deste trabalho: a quem se dirigiam estes textos e qual a relação que pretendiam estabelecer com o(s) público(s), poderemos afirmar que todos escreviam para um público que sabiam restrito, tendo, fundamentalmente, como alvo a burguesia letrada e neste grupo, o grupo mais restrito de estudantes, que seriam do género masculino. Com os seus leitores

procuraram criar uma relação de cumplicidade e de fidelidade pela partilha de um bem comum que poderia interessar a todos: a cultura portuguesa em geral, e a literatura em particular. E trabalharam sempre, pelo menos enquanto lhes foi possível existir, para o progresso da instrução popular (no seguimento do alargamento da instrução primária promovido durante o reinado de D. Pedro V) com a esperança que essa acompanhasse o progresso material a que se começava timidamente a assistir, nomeadamente na indústria e nos caminhos de ferro.

A propósito dos textos-fundação, S. Bruno, em *A Geração Nova*, recordava:

Os prólogos mais simples são sempre os melhores, disse alguém. E assim, abandonando todas essas impertinentes macaqueações, que não convêm a um período grave, de ciência severa, de filosofia concisa e de literatura sem frases, como o que vamos atravessando, são melhor inspirados os que muito não demoram os leitores com as suas explicações preambulares. (Bruno, 1984 [1886], p. 63).

Após esta análise, e tendo em mente a citação de S. Bruno, podemos, com toda a certeza, afirmar que nenhum deles se perdeu em “impertinentes macaqueações” e que proporcionaram uma experiência de leitura estimulante e reveladora.

Este período de intensa atividade jornalística e de crescente valorização da opinião pública (Cerezales, 2011) abriu caminho para que a imprensa, nos finais do século XIX, se tornasse uma “espécie de meta-instrumento para a reorganização sociocultural da nação”, e os jornalistas posicionaram-se como “intelectuais ativos na vanguarda da mutação da vida pública” (Sardica, 2012, p. 348).

Referências

- AA.VV. *Jornalismo e literatura. Actas do II encontro Afro-Luso-Brasileiro*. 1986, Porto. Lisboa: Vega, 1988. 132 p.
- BANDEIRA, António Rangel. Território e fronteiras do jornalismo e da literatura. In: AA.VV (Eds.). *Jornalismo e literatura. Actas do II encontro Afro-Luso-Brasileiro*. 1986, Porto. Lisboa: Vega, 1988. p. 73-78.
- BRUNO, Sampaio. *Geração nova*. Porto: Lello e Irmãos Editores, 1984 [1886]. 334 p.
- BUESCU, Helena Carvalhão (Coord.). *Dicionário do romantismo literário português*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. 634 p.
- CEREZALES, Diego Palacios. Embodying public opinion: From petitions to mass meetings in nineteenth-century Portugal. *e-Journal of Portuguese History*, v. 9, n. 1, p. 1-19, 2011.

- COULDRY, Nick; LIVINGSTONE, Sonia; MARKHAM, Tim. *Media consumption and public engagement: Beyond the presumption of attention*. Nova Iorque: Palgrave-Macmillan, 2007. 264 p.
- CRATO, Nuno. *Comunicação social: A imprensa – iniciação ao jornalismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. 278 p.
- ESPEJO, Carmen. European communication networks in the early modern age: A new framework of interpretation for the birth of journalism. *Media History*, v. 17, n. 2, p. 189-202, 2011.
- FERREIRA, Alberto. *Perspectiva do romantismo português (1833-1865)*. Lisboa: Lixa Editora, 2007 [1971]. 194 p.
- FISKE, John. *Introdução ao estudo da comunicação*. Tradução de Maria Gabriela Rocha Alves. Porto: Edições Asa, 1995. 268 p.
- FRANÇA, José Augusto. *O romantismo em Portugal: Estudo de factos socioculturais*. 3. ed. Braga: Livros Horizonte, 1999. 605 p.
- GOLDSTEIN, Robert Justin. The persecution and jailing of caricaturists in nineteenth-century Europe (1815-1914). *Media History*, v. 9, n. 1, p. 19-45, 2003.
- HAUSER, Arnold. *História social da arte e da literatura*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000. 1032 p.
- LIMA dos SANTOS, Maria de Lurdes. Folhetim literário. In: BUESCU, Helena Carvalhão (Coord.). *Dicionário do romantismo literário português*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 190-193.
- LOPES, Óscar. *Modo de ler*. Crítica e interpretação literária 2. 2. ed. Porto: Editorial Inova, 1972. 448 p.
- LOPES, Óscar. Problemas do realismo sentidos em 1865-66. In: *Modo de ler: crítica e interpretação literária 2*. 2. ed. Porto: Editorial Inova, 1972. p. 230-237.
- MINÉ, Elza. *Páginas flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo do século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 248 p.
- RAMOS, Rui (Coord.); SOUSA, Bernardo Vasconcelos; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. *História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009. 1030 p.
- REIS, Carlos; PIRES, Maria Natividade. *História crítica da literatura portuguesa: O romantismo*. 2. ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1999. Vol. V. 412 p.
- RODRIGUES, Ernesto. Revistas literárias. In: BUESCU, Helena Carvalhão (Coord.). *Dicionário do romantismo literário português*. Lisboa: Editorial Caminho, 1997. p. 461-521.
- SANTOS, Eugénio dos. Algumas reflexões sobre a imprensa em Portugal no século XIX. In: AA.VV (Eds.). *Jornalismo e literatura. Actas do II Encontro Afro-Luso-Brasileiro*. 1986, Porto. Lisboa: Vega, 1988. p. 28-32.
- SARDICA, José Miguel. O Poder visível: D. Carlos, a imprensa e a opinião pública no final da monarquia constitucional. *Análise Social*, v. 203, n. 47, p. 344-368, 2012.
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Portugália Editora, 1965. 349 p.
- TRAQUINA, Nelson. As notícias. *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Editorial Vega, 1993. p. 167-176.

TRAQUINA, Nelson (Org.) *Jornalismo: Questões, teorias e “estórias”*. Lisboa: Editorial Vega, 1993. 360 p.

TRIGO, Salvato. Palavras prévias. In: AAVV (Eds.). *Jornalismo e literatura. Actas do II encontro Afro-Luso-Brasileiro*. 1986, Porto. Lisboa: Editorial Vega, 1988. p. 9-14.

Submetido em 26/07/2013.

Aprovado em 23/09/2013.